

# *Promessa de pagar alivia as tensões*

**PAULO SOTERO**  
Correspondente

WASHINGTON — Executivos de bancos credores e funcionários americanos receberam bem o anúncio de que o Brasil poderá pagar até US\$ 1 bilhão de juros da dívida externa este ano. O motivo é simples: hoje o Brasil não paga nada. Os executivos evitaram, no entanto, tirar conclusões sobre a decisão, a não ser para indicar que uma retomada de pagamentos no segundo semestre, da ordem de grandeza mencionada pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, na quinta-feira, ajudará a preparar o clima para o início de um entendimento, mais para o fim do ano.

Um alto executivo do comitê de bancos credores do Brasil disse, porém, que mais importante do que saber quando os pagamentos serão retomados é o Brasil iniciar um processo de negociação com os bancos paralelamente às conversas com o Fundo Monetário Internacional e os credores oficiais. De qualquer forma, há dúvidas se o número revelado se refere apenas a créditos de médio e longo prazo aos bancos ou se inclui pagamento em

atraso e credores oficiais. "Quero saber primeiro quando e quanto o Brasil vai pagar e o que o governo vai querer em troca", ressaltou um banqueiro. O Brasil suspendeu os pagamentos da dívida de médio e longo prazo aos bancos há mais de um ano e deve um total aproximado de US\$ 6 bilhões de juros em atraso. No início da semana, essa situação levou os reguladores de Washington a decretar o "valor prejudicado" de 20% desta parte da dívida, forçando os bancos a contabilizar perdas equivalentes em seus livros.

A exemplo do que fizeram os governos do Brasil e dos Estados Unidos, os bancos procuraram reduzir o impacto da decisão, lembrando que já haviam constituído reservas prevendo essa possibilidade. No mercado secundário de papéis a reclassificação não provocou variações significativas no preço da dívida brasileira, que continuou a ser cotada na faixa de 25% de seu valor nominal.

Como se previa, os efeitos da reclassificação começaram a se manifestar no aumento das taxas de juros das linhas de crédito de curto prazo aos bancos brasileiros.